

















































das armas holandesas, um sargento maior, e seis capitães, com todo o resto da gente que o trazia em campanha”.<sup>114</sup>

Contudo, os sucessos alcançados não se mostram suficientes, pois a situação não transcorreu conforme os planos do governador geral. Os insurrectos não conseguiram conquistar o Recife e as demais fortalezas que estavam pouco guarnecidas, pois “não tinham o armamento indispensável, para o empreendimento”, sua “pólvora era pouca”, também não dispunha de artilharia e sua “infantaria [era] valente, mas bisonha”.<sup>115</sup>

Quando o Conselho Ultramarino teve notícia da insurreição em 25 de Setembro de 1645, os conselheiros demonstraram o receio de uma represália por parte dos países baixos: “o certo é que os holandeses com esta ocasião hão de intentar tomar alguma praça das ultramarinas, pois sem terem esta causa o fizeram já”.<sup>116</sup> O parecer que os conselheiros formularam não apresentava novidades quanto ao tipo de conduta que o governo geral já adotava em relação aos holandeses em Pernambuco, mas a representação dos conselheiros formalizou uma postura que a Coroa lusa adotou em termos de estratégia diplomática. O referido parecer aconselhava o monarca a adotar uma política abrangente, comunicando a todos os “governadores e capitães das praças ultramarinas deste sucesso [da insurreição], e de modo e forma com que se hão de aver com os olandezes se a ellas forem, avendose com eles como com *amigos fingidos e inimigos emcubertos*, de modo que com capa de amizade não possam tomar alguma praça”.<sup>117</sup>

D. João IV teve que se posicionar frente às notícias que chegavam acerca da insurreição, buscou agir através de seu embaixador nas Províncias Unidas, Francisco de Souza Coutinho. O monarca português ordenava ao seu embaixador que entregasse imediatamente às autoridades holandesas as correspondências que lhes foram remetidas pelo governador geral do Estado do Brasil. O posicionamento de D. João IV nos indica que, por meios oficiais, buscou manter sua imagem no plano diplomático, condenando os acontecimentos de Pernambuco. Contudo o esforço do monarca não era apenas o de não se implicar nos acontecimentos, tentava da mesma forma demonstrar que o governador geral, seu representante máximo no Estado do Brasil, não

---

<sup>114</sup> AHU, ACL. *Avulsos de Pernambuco*, CU. 015, Cx. 4, D. 327.

<sup>115</sup> MELLO, José António Gonsalves de *João Fernandes...*, cit., p. 217 - Bisonho é o termo coevo utilizado para designar soldados novatos, conforme a definição de D. Raphael Bluteau “derivase do italiano, *bisogno*, (...) e porque humas companhias de soldados Castelhanos, passando a Italia, & não sabendo a lingoa, muitas vezes usavão da palavra Italiana *Bisogno*, para manifestar, o de que necessitavão, forão chamados *bisonhos*, & da palavra (...) se tomou occasião para significar a pouca experiência, que hum soldado tem da guerra. Soldado bisonho, ou novo na arte militar.” BLUTEAU, D. Raphael *Vocabulário...*, cit., Vol. II, p. 128.

<sup>116</sup> AHU, ACL. *Avulsos de Pernambuco*, CU. 015, Cx. 4, D. 326.

<sup>117</sup> AHU, ACL. *Avulsos de Pernambuco*, CU. 015, Cx. 4, D. 326.

poderia ser acusado de conivência com a insurreição: “tendo-me informado por diferentes vias, ainda não descobri que António Telles haja cometido falta contra a sua obrigação, nem contra a boa correspondência que deve guardar para com os Holandeses, seus vizinhos”.<sup>118</sup>

Iniciava-se um novo período do conflito marcado pela “indefinição política e militar”,<sup>119</sup> uma vez que a Coroa dividia seus esforços entre apoiar veladamente as ações dos insurrectos e buscar uma solução diplomática definitiva. Como sabemos os insucessos do movimento restaurador em 1645 fizeram com que o conflito se prolongasse por mais nove anos, até que as forças luso-brasileiras conseguissem reunir a força necessária para fazer os neerlandeses capitularem.

### Considerações finais

Como temos demonstrado, António Teles da Silva começou a organizar a defesa da *praça* da Bahia desde seus primeiros dias no Estado do Brasil, o que lhe forneceu as bases para articular o plano de insurreição com os moradores de Pernambuco, auxiliando-os com o envio de tropas, suprimentos e munições. Além de atuar como articulador da insurreição luso-brasileira, o governador geral preocupou-se em preservar sua imagem, frente às autoridades holandesas, buscando se apresentar como governante leal e cumpridor das ordens régias. Fingindo respeitar as tréguas, tentou ludibriar o Alto Conselho do Recife, encobrindo suas ações de suporte aos luso-brasileiros, ação essa que não surtiu muito efeito.

É possível inferir que tanto o governador geral, quando os conselheiros régios se valessem de duas artimanhas muito difundidas pela tratadística seiscentista, a *dissimulação*<sup>120</sup> e a *prudência*.<sup>121</sup> Na análise de Rachel Saint Willians

---

<sup>118</sup> RIAHGP, n°34, 1887, p. 133.

<sup>119</sup> MELLO, Evaldo Cabral de *Olinda restaurada...*, cit., p. 107.

<sup>120</sup> A longa tradição tratadística que se dedicou a teorizar os *arcana imperii* (mistérios de Estado) atribui um importante papel a *dissimulação*, que tem em Maquiavel um de seus principais teóricos. Para Senellart, Maquiavel “subordina a moralidade à necessidade. A conservação de seu *stato* pelo príncipe exige que ele saiba fazer-se de bobo – ‘ser raposa para evitar as armadilhas, e leão para assustar os lobos’.” SENELLART, Michel *As artes de governar: Do regimen medieval ao conceito de governo*. Tradução Paulo Neves. Ed. 34, São Paulo, 2006, pp. 227-228.

<sup>121</sup> A *prudência* também era outra virtude exaltada pelos tratados de governo dos séculos XVI e XVII e novamente tem em Maquiavel um expoente de grande difusão. Michel Senellart indica que a originalidade da proposição “maquiavélica” reside na definição racional da *prudência*, pois “o ato prudente não se deduz da simples percepção da meta, mas da análise das variáveis que interferem entre a intenção e o objetivo. Os meios, em outras palavras, são relativos ao fim – trata-se efetivamente de atingir o alvo –, mas não são determinados por eles.” SENELLART, Michel *As artes de governar...*, cit., p. 207.

a “admissão de conceitos como *dissimulação* e *prudência* denunciam as novas exigências de uma nova forma de organização social que está tomando forma”,<sup>122</sup> o que para Michel Senellart marca a passagem do espaço visível da política para o espaço do previsível, do segredo e do cálculo. Inferimos que essas ações políticas são mais do que mudanças no paradigma de uma cultura política, são indícios de mudanças na postura governativa. A conjuntura de adversidades impunha ao governador geral o desafio de buscar meios possíveis para reverter o quadro desfavorável em que o Estado do Brasil se encontrava.

Apresentamos ao longo deste artigo as diversas estratégias colocadas em prática para a realização da insurreição que culminou, alguns anos mais tarde, na expulsão dos holandeses da América Portuguesa. Buscamos apresentar como, em uma conjuntura que desfavorecia a monarquia lusa no conflito com os Países Baixos, a negociação entre os moradores da capitania de Pernambuco e o governo geral foi uma alternativa viável para o início do processo de recuperação dos territórios conquistados pelos holandeses. Através da comunicação constante entre os agentes de Salvador e do Recife foi possível viabilizar a insurreição, que contou com o apoio velado da Coroa e do governo geral. Portanto é preciso ressaltar que este apoio foi fundamental para o envio de tropas, munições e mantimentos aos insurrectos, mas também foi essencial para ludibriar as autoridades neerlandesas através de “manobras diplomáticas”.

Com “o sinal verde d’El Rei” a insurreição foi conduzida por luso-brasileiros que tinham promessas de mercês, como é o caso de André Vidal de Negreiros foi nomeado Governador e Capitão-General do Maranhão,<sup>123</sup> e João Fernandes Vieira, governador da Paraíba em 1655 e governador de Angola em 1658.<sup>124</sup> Com a permissão de D. João IV os insurrectos recrutaram gente de guerra de diversas maneiras: perdendo crimes, dispensando o pagamento de dívidas aos holandeses e concedendo alforria aos escravos que tomassem armas.<sup>125</sup>

Analisando as ações do governo geral durante o tempo de guerra percebemos e ressaltamos a importância da circulação de informações e da negociação entre as elites locais e o governo geral, de modo que Pernambuco viria a ser restaurado não só a custo de sangue, vidas e fazendas de seus moradores,<sup>126</sup> mas também pelo esforço contínuo do governo geral e de autoridades do Reino, que aplicaram os recursos disponíveis na empreitada

---

<sup>122</sup> WILLIAMS, Rachel Saint *As armas do Fidalgo: O discurso político de Francisco de Quevedo y Villegas*, Dissertação (Mestrado em História), UFRJ/ IFCS, Rio de Janeiro, 2008, p. 159.

<sup>123</sup> Cfr.: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de *História das lutas com os holandeses...*, cit., p. 193.

<sup>124</sup> Cfr.: MELLO, José António Gonsalves de *João Fernandes...*, cit., p. 318.

<sup>125</sup> Cfr.: MELLO, José António Gonsalves de *João Fernandes...*, cit., pp. 130-131.

<sup>126</sup> Cfr.: MELLO, Evaldo Cabral de “A custo de nosso sangue, vidas e fazendas”. In: *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*, 3ª Edição, revista. Alameda, São Paulo, 2008, p. 92.

restauradora e buscaram aplacar os ânimos dos países baixos no plano diplomático. Juiz de Fora, 16 de Julho de 2014

rra – Estado